

編號：第 353/2022 號（刑事上訴案）

日期：2023 年 3 月 9 日

主要法律問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤

摘 要

1. 在審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵是指法院在審查證據並認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或明顯違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

2. 《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項的上訴理據（在審查證據面明顯有錯誤之瑕疵）所針對的是原審法院對審查證據的決定，且須出自卷宗所載的資料，尤其是判決本身，而非對相關證據作出重新分析審理。

3. 當被嫌犯聲稱其公司擁有對涉案土地之全部批地權益，並將此聲明所依賴的客觀事實依據如實告知被害人，不存在被上訴人故意隱瞞涉案土地狀況之情事，不構成詐騙罪所規定的使用詭計欺騙他人。

4. 在被害人與嫌犯商討轉讓涉案土地權益之前約一年時間，行政當局曾與嫌犯開會咨商以另一地段土地代替涉案土地作換地之用途，被嫌犯所代表的公司當場拒絕，此後再無任何會議，行政當局也無任何決定

和措施。可見，有關會議內容僅為諮詢性質，對涉案土地的狀況並無任何改變，被上訴人沒有將會議內容告知上訴人，不存在被上訴人故意隱瞞涉案土地狀況，不足以構成詐騙罪所規定的使用詭計欺騙他人。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 353/2022 號(刑事上訴案)

上訴人/輔助人：A

被上訴人/嫌犯：B

日期：2023 年 3 月 9 日

一、 案情敘述

在初級法院刑事法庭第 CR1-19-0331-PCC 號合議庭普通刑事案中，合議庭於 2022 年 3 月 4 日對作出裁判，裁定：

嫌犯 B，被控觸犯《刑法典》第 211 條第 4 款 a 項所規定及處罰之一項「詐騙罪」，獲判處無罪。

*

輔助人 A 不服，向本院提起上訴，其上訴理由闡述載於卷宗第 2466 頁至第 2514 頁。¹

¹ 上訴人提出以下理據（上訴理由闡述之結論部分）：

1. A questão essencial na base da qual o recorrente discorda da decisão recorrida de absolver o arguido consiste na sua certeza de que, face às várias provas pré-constituídas existentes nos autos - *maxime*, os considerandos do contrato entre as partes -, e, bem assim, face à prova produzida em

audiência - *maxime*, o depoimento testemunhal da dirigente da D.S.S.O.P.T. -, existiu um erro astucioso e fraudulento praticado pelo arguido aquando do momento genético de formação da vontade de contratar que configurou um crime de burla.

2. Quanto à prova documental constante dos autos, importa salientar que em 20 JAN 2013 o recorrente e o recorrido assinaram um acordo de compromisso, no qual o recorrido salientou que a C 有限公司 tinha todos os direitos e interesses do Lote XX e que, devido à expropriação do Governo, foi o terreno atribuído em substituição dos terrenos XX, de que tem a posse, com fins industriais; e que já assinou o contrato de concessão com a R.A.E.M., comunicou à Direcção, pagou as diferenças dos valores do terreno e bancárias e, por fim, que era titular de Planta cadastral emitida por Governo e estava a esperar a publicação no Boletim Oficial.

3. Mais se saliente que no 1.º ponto do acordo de compromisso, o recorrente comprometeu-se a comprar 100% dos direitos e interesses sobre o Lote XX sem quaisquer ónus e passivo e que iria concluir o negócio através da compra de 100% das quotas da C 有限公司.

4. Quando o recorrido e o recorrente estavam a discutir o dito negócio, o arguido não informou intencionalmente o recorrente sobre a troca ou substituição do terreno XX por parte da Administração Pública.

5. Cabe também salientar que em 13 SET 2016, 14 MAR 2014, 6 MAR 2013, 3 MAI 2012 e 24 OUT 2007, a D.S.S.O.P.T. enviou cartas à C 有限公司 informando que o processo de troca de terreno ainda está pendente/ não tinha sido completado.

6. Tal como consta do acordo de compromisso para a cessão de quotas de Janeiro de 2013 o único fim visado pelo recorrente ao aceder em celebrar esse contrato ou seja, o impulso genético para a formação da sua vontade de contratar - foi o de se tornar de imediato, livre de ónus ou encargos, proprietário, dono ou titular do Lote XX, que não de qualquer outro terreno ou bem alternativo

ou sucedâneo, tal resultando inequívoco do 1.º ponto do acordo de compromisso: que o recorrente A comprometeu-se a comprar 100% dos direitos e interesses sobre o Lote XX sem quaisquer ónus e passivo e que iria concluir o negócio através da compra de 100% das quotas da C 有限公司.

7. Em consequência de tais negociações havidas entre ambas as partes antes do acordo de compromisso para a cessão de quotas de Janeiro de 2013, o recorrido declarou ao recorrente, sem margem para qualquer dúvida ou ambiguidade, e vinculando-se juridicamente ao respectivo conteúdo, as seguintes declarações negociais: - Depois de inúmeras negociações, em 20 JAN 2013 assinaram um acordo de compromisso com a ajuda dos seus advogados, no qual o arguido B salientou que a C 有限公司 tinha todos os direitos e interesses do Lote XX e que, devido à expropriação do Governo, foi o terreno atribuído em substituição dos terrenos XX, de que tem a posse, com fins industriais e que já assinou o contrato de concessão com a RAEM, comunicou à Direcção, pagou as diferenças dos valores do terreno e bancárias e, por fim, que era titular de Planta cadastral emitida por Governo e estava a esperar a publicação no Boletim Oficial.

8. Ou seja, perante essa sua intenção directa, inequívoca e única do recorrente em adquirir o Lote XX livre de quaisquer ónus, encargos ou passivo, comunicada ao arguido, ora recorrido, em sede de negociação pré-contratual e incorporada nos considerandos do acordo, o arguido respondeu-lhe de forma expressa, firme e sem qualquer nuance ou hesitação, que a empresa tinha já o direito consolidado e irreversível sobre o Lote XX para fins industriais ("tinha todos os direitos e interesses do Lote XX") por o mesmo lhe ter já sido atribuído pelo Governo, unicamente estando por efectuar o respectivo acto de publicitação geral através da publicação do respectivo despacho no Boletim Oficial.

9. O recorrido comprometeu-se juridicamente, portanto, e obrigou-se, pois, perante o recorrente a uma obrigação de resultado com objecto determinado e infungível - tornar o recorrente

imediatamente dono do lote XX, livre de ónus e encargos -, não a uma obrigação de meios ou de mera diligência de tentar obter o referido lote XX nem, de igual modo, a uma obrigação alternativa, em que cumpriria a sua prestação entregando ao recorrente o lote XX ou, indiferentemente, um outro qualquer terreno.

10. Todavia, consciente e propositadamente, nunca o recorrido informou o recorrente nesse momento genético essencial para a salutar e sã formação da vontade de contratar que, afinal - e muito pelo contrário! - por parte do Governo a atribuição do Lote XX não só não estava garantida nem assegurada, mas que, diferentemente: i) nunca fora sequer atribuído à empresa por força de despacho/acto administrativo de concessão praticado pelo Chefe do Executivo; ii) que sem conceder - mesmo que tivesse sido atribuído, fora já entretanto irreversivelmente afastado; ou iii) que sempre sem conceder tivesse sido irreversivelmente afastado, estava colocado muito seriamente em causa e em crise desde Janeiro de 2012, ou seja, desde mais de um ano antes do acordo de compromisso, celebrado no meio de Janeiro de 2013.

11. Que não estaria sequer atribuído nem concessionado o lote XX à empresa resulta de se não descortinar em qualquer elemento ou documento dos autos um despacho/acto administrativo prolatado pelo então Ex.^{mo} Chefe do Executivo nos termos e para os efeitos do art. 110.º do C.P.A. e do art. 124.º da Lei de Terras.

12. Fosse como fosse, também não estava garantida nem assegurada porque o Governo, logo em Janeiro de 2012 - um ano antes do acordo de compromisso - passou a querer alterar o terreno a atribuir em troca da desistência pela empresa quanto aos originários terrenos concedidos (XX), ou seja, a partir de Janeiro de 2012, o recorrido bem sabia que o Governo deixou de querer entregar à empresa o Lote XX e passou, desde então, a querer entregar, a título de contra - prestação pública da permuta, um outro terreno: o terreno XX.

13. Na reunião de 12 JAN 2012 entre o recorrido, a Comissão de Terras e a D.S.S.O.P.T., foi dito ao recorrido que a Administração Pública iria trocar o Lote XX pelo terreno XX.

14. Todavia, da demais prova constante dos autos podem ser angariados ainda outros elementos relevantíssimos que trazem a uma luz ainda mais detalhada o que nessa reunião de 12 JAN 2012 foi, de modo concreto e essencial, comunicado pela D.S.S.O.P.T. ao recorrido.

15. É que, tal como consta de fls. 88 e 88 verso dos autos - em sede do relatório da Polícia Judiciária em que se alude e cita o depoimento prestado por um dos técnicos da D.S.S.O.P.T. que esteve presente na reunião de 12 JAN 2012 -, foi dito ao recorrido que o lote XX já não iria ser entregue à empresa em troca dos terrenos XX uma vez que tal Lote XX iria ser usado para fins públicos, mais daí se retirando que a D.S.S.O.P.T. comunicou ao recorrido nessa reunião de 12 JAN 2012 que ele não tinha o direito de vender o Lote XX, para mais sem sequer informar o Governo de tal intenção.

16. Ora, apesar de o recorrido referir que tal reunião de 12 JAN 2012 teria tido um mero carácter "consultivo" tal não corresponde efectivamente aos termos do que aí foi comunicado pela D.S.S.O.P.T., isto até conforme depoimento testemunhal prestado em audiência pela dirigente da D.S.S.O.P.T., de que o lote XX estava já fora de causa como contraprestação pública atribuível à empresa quanto permuta respeitante aos terrenos XX.

17. Todavia, bem sabendo o recorrido desde essa reunião de 12 JAN 2012 que o lote XX estava já afastado como eventual "objecto de permuta", ainda assim não se coibiu de o mercadejar no comércio jurídico, dizendo tratar-se de um bem certo, presente actual e já na titularidade da empresa!

18. Consta do memorandum dessa reunião de 12 JAN 2012, constante a fls. 433 dos autos mas que não foi adequadamente valorado pelo Tribunal, que, perante a decisão avançada pela D.S.S.O.P.T. de não entregar o XX e, em sua alternativa, atribuir o lote XX, o arguido respondeu que os sócios da

empresa não iriam aprovar tal alternativa, a que acrescia o facto de que já tinha oferecido o XX em garantia de um valor de 100 milhões de MOP!

19. Que o recorrido bem sabia que o XX já não seria atribuído pelo Governo, apreende-se ainda de um outro meio de prova constante dos autos e não relevado adequadamente pelo Tribunal a quo: a Informação elaborada em 2014 e que consta a fls. 323 a 328 dos autos, que mereceu despachos superiores concordantes, em que se refere claramente que o XX está destinado pelo Governo para fins de uso público e que, pois, não é passível de concessão à empresa em troca dos terrenos XX.

20. Tal Informação de 2014 corrobora e confirma, pois, por inteiro o que foi dito ao recorrido na reunião de 12 JAN 2012: que o lote XX deixara, desde Janeiro de 2012, de poder ser atribuído em troca dos terrenos XX.

21. Mais, há ainda um outro elemento de prova carreado pelo recorrente para os autos mas que não foi adequadamente valorado pelo Tribunal: o Relatório n.º 1/V/2016 elaborado em 15 AGO 2016 pela COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA OS ASSUNTOS DE TERRAS E CONCESSÕES PÚBLICAS da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MACAU, em que o Governo reconhece que houve cedências de terrenos já concretizadas no âmbito de permutas de terrenos atribuídos, mas nas quais, contudo, o Governo ainda não procedeu à respectiva contraprestação de entrega de terrenos em troca aos particulares.

22. Ou seja, os representantes reconheceram a existência de "dívidas de terrenos" em que é devedor o Governo da R.A.E.M. sendo que, como consta a fls. 19, que quanto aos processos n.ºs 5 e 6 (aquele que respeita à troca dos terrenos XX é o processo n.º 6, tal como expressamente resulta da tabela constante da última página) a «(...) cedência de terrenos destinou-se à construção de instalações públicas (...) mas, segundo os representantes do Governo, não há despacho de compromisso para estes dois processos (...)».

23. Mais aí se refere de seguida, quanto ao motivo de ainda não se ter chegado a um consenso quanto à troca de terrenos, que os representantes do Governo responderam que (quanto ao processo n.º 5 - Central de Incineração da Taipa) a «(...) troca ainda não foi efectuada, por não existir, até ao momento, nenhum terreno para fins industriais e com condições semelhantes para esse efeito (...)».

24. Este Relatório corrobora que, pese embora a originária concessão dos terrenos XX tivesse sido revertida para a R.A.E.M., não foi atribuída ainda, em sua permuta, qualquer outro terreno à empresa e que a hipótese do lote XX foi irreversivelmente afastada.

25. Resulta manifesto e deveria ter sido adequadamente valorado pelo Tribunal a quo que, ao menos desde a reunião de 12 JAN 2012, o recorrido deixou de poder mais invocar qualquer situação de boa-fé subjectiva em que até aí porventura tivesse estado quanto à atribuição à empresa do lote XX, pelo que, desde pelo menos 12 JAN 2012 em diante, o arguido passou a estar conhecedor que não tinha "todos os direitos e interesses do Lote XX" e que, pois, não estava em posição de, recebendo para tanto o respectivo preço, poder entregar ao aqui recorrente o dito "Lote XX sem quaisquer ónus e passivo", tal como, todavia, declarou criminoso e fraudulentamente e se vinculou em sede do acordo de compromisso de Janeiro de 2013.

26. O absurdo é tamanho que mesmo uma eventual boa-fé subjectiva antes da reunião de 12 JAN 2012 por parte do recorrido se apresenta também insustentável e implausível pois que, mesmo a tese do recorrido de que apenas faltaria a publicação em Boletim Oficial é manifestamente injustificável e improvável porque tal dita mera ausência de publicação se teria prolongado por longos 6 anos, logo desde 2006, sem que isso lhe suscitasse no espírito qualquer perplexidade, dúvida ou mínimo questionamento quanto à real efectividade ou consistência desse pretenso direito da empresa à atribuição em permuta do lote XX.

27. Se, pois, essa situação de longos 6 anos sem qualquer desenvolvimento procedimental não suscitou alegadamente ao recorrido qualquer confusão ou dúvida, com a reunião de 12 JAN 2012, qualquer sua eventual, remota ou restante boa-fé subjectiva deixou definitivamente de ter qualquer sustentação ou razoabilidade pois que, nessa reunião, a D.S.S.O.P.T. como que mostrou um sinal vermelho - ou, ao menos, alaranjado escuro de- que o XX estava fora de causa uma vez que não seria já para fins industriais privados mas, diferentemente, para uso com finalidades públicas.

28. Todavia, perante tal sinal vermelho/alaranjado escuro, que fez o recorrido? Avançou em frente, comerciando livre e irrestritamente o dito lote XX arrogando-se ter todos os direitos e interesses quanto ao mesmo!

29. Isto é, para resolver a sua situação de impossibilidade de receber do Governo o XX- com base no qual, a título de garantia, conforme confessou nos autos obtivera já um empréstimo de 100 milhões de patacas (!)-, o recorrido "passou a batata quente a outro", endossando, por via de uma burla cuidadosamente encenada, o problema que desde 2006 tinha em mãos e que, desde 12 JAN 2012, passou a ser dramaticamente inviável de obter qualquer resolução ou seja, a atribuição do lote XX - a terceiros de boa fé, in casu ao aqui recorrente.

30. Bem sabendo que o recorrente, como factor genético crucial para o seu processo de formação da vontade de contratar, queria o lote XX, de forma imediata e juridicamente desimpedida de quaisquer gravames ou ónus, o recorrido mentiu-lhe afirmando ter todos os direitos e interesses sobre tal lote XX e afirmando ao recorrente tal totalidade de direitos e interesses sobre o lote XX, o recorrido mentiu quanto ao facto de que o terreno não era mais atribuível à empresa e que até, não obstante, fora já dado como garantia por um empréstimo de 100 milhões de patacas.

31. Bem sabedor de tudo isto que afirmou mentirosamente e de tudo isto que, também mentirosamente, calou, o recorrido não teve o mínimo pejo em deixar o recorrente convencer-se e

formar a sua intenção de aquisição, fazendo-o por fim pagar 372 milhões de patacas por algo que era já legalmente impossível de lhe ser prestado!

32. Nunca o recorrente teria entrado em negociações com o arguido e, por maioria de razão, outorgado o acordo de compromisso - bem como pago o preço, em Maio de 2013 - caso não lhe tivesse sido dito pelo arguido, pela positiva e de uma forma enfática, peremptória e afirmativa, que a compra do Lote XX estava assegurada e garantida, que era um "bem actual", já integrado na "esfera ou órbita" da empresa.

33. Ou seja, o arguido - bem sabendo que a intenção única do recorrente era comprar 100% dos direitos e interesses sobre o Lote XX sem quaisquer ónus e passivo - declarou ao recorrente em sede pré-negocial e, depois, fez verter o seguinte sentido e teor declaratório no acordo de compromisso: - que o Lote XX era um bem actual; - que o Lote XX era um bem presente; - que o Lote XX era um bem efectivo; - que tinha todos os direitos do Lote XX; - que tinha todos os interesses do Lote XX; - que o Lote XX não era, pois, um bem futuro; - que o Lote XX não era, pois, um bem meramente eventual; - que o Lote XX não era, pois, um bem meramente condicional e hipotético; e - que o Lote XX era, pois, um bem cuja concessão ocorrera, que não fora entretanto afastada ou que, pelo menos, não estava seriamente colocada em causa.

34. Ora, o recorrente nunca quis nem concebeu celebrar um contrato com um grau de risco ou aleatoriedade que não lhe tivessem sido declarados previamente, como de facto não foram, muito pelo contrário!

35. Nunca a vontade do recorrente foi a de celebrar um contrato aleatório em que o risco da determinação do objecto (: isto é, a identidade do terreno e a possibilidade da sua imediata e desonerada aquisição) corresse contra si ou ficasse na dependência de terceiros sendo que se acaso tais elementos meramente hipotéticos e condicionais - *id est*, os alegados direitos já invocadamente

certos e firmes do arguido sobre o Lote XX tivessem sido comunicados por este ao recorrente, este não teria celebrado qualquer contrato nem, por conseguinte, pago qualquer preço ao arguido.

36. Ao apresentar ao recorrente como dado certo e garantido que, ao outorgar o acordo de compromisso, adquiriria de imediato e *ipso facto* o lote XX - bem sabendo o recorrido que, diversamente, tal não era nem certo nem seguro mas, atenta a inexistência de despacho do Chefe do Executivo nos termos e para os efeitos do art. 124.º da Lei de Terras, nenhuma concessão existia ou, sem conceder, que face à intenção manifestada há mais de 1 ano pelo Governo, estava, no mínimo, questionado e em causa, senão mesmo afastada tal possibilidade de aquisição do XX, o arguido quis - e conseguiu - viciar criminosamente de forma arditosa e fraudulenta o processo de formação da vontade contratual do recorrente.

37. O crime de burla tutela e tem em vista a protecção do bem jurídico "liberdade e voluntariedade de uma disposição patrimonial", tal como já referia em 1949 o ilustre penalista português, Doutor MANUEL CAVALEIRO DE FERREIRA, em Parecer publicado na Revista da Ordem dos Advogados.

38. Ora, o recorrido, apesar de bem saber que aquilo que o recorrente, a título essencial, infungível e insubstituível, queria adquirir - o Lote XX, livre de quaisquer ónus ou encargos - não estava certo, nem assegurado ou garantido (bem sabendo que, pelo menos desde há um ano, o não estava!), declarou-lhe peremptoriamente e verteu nos considerando dos contrato que, por via da outorga do acordo de compromisso, passaria *ipso facto* tal Lote XX a estar de imediato na esfera jurídica de titularidade do recorrente.

39. Com isto, o arguido viciou, através de um isco ou ardil fraudulento e astucioso, a livre formação da vontade de contratar do recorrente e, conseqüentemente, a liberdade e voluntariedade de autodeterminação quanto à prática dos seus subsequentes e derivados actos de disposição

patrimonial (de 372 milhões de patacas) sendo que só devido a esse artil fraudulento e astucioso - criado, mantido e sustentado pelo recorrido - é a que o recorrente formou em si a vontade de contratar com o arguido, isto por crer que ao contratar com ele estaria a adquirir imediatamente o direito sobre o XX - livre de ónus e encargos -, única e exclusiva prestação que sempre quis e que em si despertou a inicial intenção de entrar em negociações com o arguido, tal qual consta do acordo celebrado entre ambos.

40. A causa única subjacente à vontade contratual do recorrente em contratar com o arguido - ou seja, a prestação em sinalagma do qual julgou vir receber *ipso facto* ao pagar o preço - era a aquisição directa, imediata e livre de ónus ou encargos do Lote XX mas isso - a aquisição do XX - bem o sabia o recorrido, logo pelo menos desde Janeiro de 2012, que ou i) não era possível (por inexistência de despacho *apud* art. 124.º da Lei de Terras), ii) ou havia sido entretanto afastado pelo Governo (atento o novo fim destinado ao uso público do lote XX), ou iii) estava seriamente colocado em causa e em crise como eventual hipótese de "objecto da permuta".

41. Caso o recorrente tivesse sido informado - que não foi! - que o direito sobre o Lote XX não havia sido sequer concedido por acto administrativo do Chefe do Executivo ou que não era um direito firme nem já firmado a favor da empresa - e, aliás, desde 2012, já nem sequer firmável -, outro radicalmente diverso teria sido o sentido da sua vontade: não abordaria, não se interessaria, não negociaria, não contrataria nem, sobretudo, praticaria qualquer acto de disposição patrimonial a favor do arguido (de 372 milhões de MOP).

42. Mas, diferentemente, o recorrente entrou em negociações com o recorrido, celebrou o acordo de compromisso e, por fim, pagou ao arguido o preço precisamente pelo engano criminoso que, como engodo ou isco lançado pelo arguido, o constituiu, induziu e manteve em erro, havendo, pois, para efeitos do crime de burla, o necessário duplo nexos de imputação objectiva: i) entre a conduta

enganosa do recorrido e a prática, pelo aqui recorrente, em erro dolosa e intencionalmente provocado, de actos de diminuição do seu património; e ii) entre os últimos e a efectiva verificação do prejuízo na esfera do recorrente.

43. O Tribunal a quo não valorizou, contudo, tais actos como actos de provocação dolosa e intencional de um erro fraudulento e ardiloso destinado a viciar a livre e esclarecida formação da vontade do recorrente, levando-o a uma importante disposição patrimonial a favor do recorrido (372 milhões de patacas!).

44. Entende o recorrente, todavia, que os factos acima descritos e os actos praticados pelo arguido, i) atento o seu conteúdo explícito e declarado, desde logo em sede de acordo de compromisso e dos considerandos aí exarados como base essencial do negócio, ii) a sua inserção temporal - um ano após bem saber que a atribuição do XX já fora arredada pelo Governo ou, ao menos, estava seriamente colocada em crise, iii) bem como a sua sequência, lógica e cronológica - após saber que era o XX e apenas e exclusivamente o XX, livre de ónus e encargos, que o recorrente queria -, são todos, globalmente apreciados - e considerando a prova documental pré-constituída e a produzida em audiência de julgamento -, claramente de molde a ter por configurada a demonstração e prova inequívoca do cometimento de um crime de burla por parte do recorrido, em termos de se mostrarem idóneos à sua condenação penal e cível.

45. Ao não terem sido adequadamente valorados os elementos de prova constantes dos autos e os elementos de prova produzidos em audiência, *maxime* o depoimento da dirigente da D.S.S.O.P.T. e o contrato e os seus considerandos, entende o recorrente ter a decisão a quo incorrido no vício previsto na al. c) do n.º 2 do art. 400.º do C.P.P., importando a revogação da decisão absolutória ora recorrida e impondo uma decisão tanto de condenação criminal do recorrido por um crime consumado e qualificado de burla. p.p. pelo art. 211.º, n.º 4, al. a), do Código Penal, bem como, igualmente, de

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為應裁定上訴人之上訴理由不成立，維持原審法院的判決（詳見卷宗第 2537 頁至第 2544 頁背頁）。

檢察院提出以下理據（結論部分）：

1. 檢察院認為，判斷及認定原審法院合議庭之判決是否存在“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵，不應泛泛而談上訴人或嫌犯單方面自以為存在的事實，而忽視庭審聽證過程中是否已查證屬實及證實該等相關事實，此外，亦不應抽象地談論法律規定而忽視具體的指控事實是否與具體的法律要件相吻合。
2. 我們知道，本案的爭議源於上訴人與嫌犯（即輔助人與嫌犯）於 2013 年 1 月 20 日所簽訂的“承諾協議”（參見卷宗第 17 至 19 頁）。
3. 在上述“承諾協議”中，嫌犯 B 以 C 公司的 100%（百分之一百）持股方代表身份與上訴人（即輔助人 A）簽訂了承諾買賣協議，嫌犯所代表的 C 公司一方聲明該公司擁有位於澳門 XX 馬路其面積 8.98 萬平方米稱為 XX 地段土地之全部批地權益，該地屬政府要求徵用 C 公司原來所持有位於澳門 XX 地段土地後的更換土地，該土地現為工業用途，並已與澳門政府簽署了提供的批地合約及交回政府，及繳交所有應付補地價及銀行保函，並持有政府發出的土地面積地籍圖，現正等候刊登政府公報以確定有關之批地。

condenação cível no pagamento ao recorrente do valor de MOP\$383.904.000,00 (trezentas e oitenta e três milhões novecentas e quatro mil patacas).

4. 上訴人有意買入上述無負債之 XX 地段土地之全部批地權益，嫌犯承諾出售，故雙方同意以上訴人買入該 C 公司之百分之一百（100%）之股權來達成有關之交易。且上訴人承諾按當時的“現狀”購買該無負債的 XX 地段的 100%批地權益，而嫌犯承諾出售，雙方議訂的轉讓價金為港幣 1,240,000,000.00 元（壹拾貳億肆仟萬元正）。
5. 回顧庭審聽證並結合卷宗資料，可以證實，確實如上訴人 A 所指，於 2012 年 1 月 12 日嫌犯 B 與土地工務運輸局進行了會議，會議上當時的局長 D 及副局長 E 等人作為政府代表曾表示有意將 XX 地段更改為住宅用途，且建議以一幅面積為 3,500 平方米的 XX 地段的土地作為置換的土地。
6. 然而，根據卷宗資料及出席聽證的土地工務運輸局在任局長 E 的證言，可以證實，嫌犯在會議中曾明確表示拒絕上述交換土地的建議，而政府在該會議後亦沒有向 C 公司發出任何關於 XX 地段的文件或其他進一步的進展。相反，政府已徵用 C 公司原來持有的 XX 地段的土地作興建特殊和危險廢物處理站；行政長官亦已確認第 86/2006 號意見書及有關 XX 地段土地的批給並已發出地籍圖，而 C 公司亦已向土地工務運輸局遞交了接受聲明書及清繳了溢價金及保證金。
7. E 局長在聽證時的證言還指出，政府與商業公司的換地程序一定必須雙方協商一致才能達成最終協議，若其中一方，比如商業公司反對或不同意，政府並不能單方面作出換地決定。正是由於本案的當事人一方（即嫌犯所代表的 C 公司）的反對及政府其它方面的原因，令到有關的換地程序至今仍未完成。

8. 卷宗資料顯示，在 2013 年 3 月 6 日、2012 年 5 月 3 日及 2007 年 10 月 24 日，對於 C 公司查詢關於 XX 批地程序，土地工務運輸局均回覆有關換地之程序尚在進行中或換地程序尚未完成。
9. 換句話說，雖然政府已暫時中止 XX 地段的土地批給程序，但該換地程序尚未終結或終止，僅僅是程序暫停，仍然存在變數，亦可能重新啓動或繼續進行批給程序。
10. 甚至可以進一步預期，假如政府最終決定終止（而非“中止”）換地程序，不將 XX 批給地段 C 公司，而 C 公司亦有權提起行政覆議或行政訴訟。
11. 正如前述，本案中，就 XX 地段之換地程序，行政當局實際上已初步作出批給決定，而 C 公司已遞交了接受聲明書，及繳交了所有應付的補地價及銀行保函，並持有行政當局發出的土地面積地籍圖，同時在 2012 年 1 月 12 日的會議中，作為 C 公司代表的嫌犯 B 已拒絕了行政當局的其它換地提議，因此嫌犯聲稱確實擁有對 XX 地段之批地權益（或至少是合理預期），完全是正當合理的，也是完全符合當時涉案交易標的土地之事實及法律狀況的。
12. 由此可見，雖然 XX 地段土地的批給還未在政府公報上刊登，但嫌犯 B 聲稱 C 公司擁有 XX 地段土地的全部批地權益的說法並非虛構，而是有具體事實依據。上訴人 A 與嫌犯 B 之間所簽訂的“承諾協議”中已清楚寫明相關的事實依據及有關批地程序已完成絕大部分手續，現正等候刊登政府公報以確定。
13. 根據庭審聽證所得證據，就購買涉案土地的批地權益而言，上訴人

表現得更為主動，是由上訴人 A 透過中介人 F 主動與嫌犯 B 接洽，要求嫌犯 B 提供相關資料，其後，根據相關資料，主要由上訴人的代表律師草擬“承諾協議”。

14. 據證人 F 在聽證時的證言所述，上訴人 A 透過朋友 G 找她，問是否認識 XX 地段的業主，上訴人表示想買及之前已看過多次。該證人還表示，在會面地點“XX”，B（嫌犯）向 A（上訴人）說過該地段政府手續尚未完成，不是很想賣，但上訴人 A 表示手續未完成也沒關係，其自己有辦法可以搞定。
15. 由此可見，上訴人對涉案土地的換地及批地程序並非不了解，而是清楚了解涉案土地當時的事實及法律狀況，只是尚需等候刊登政府公報以確定有關之批地。
16. 經審查卷宗可見，上訴人與嫌犯雙方“承諾協議”的最終文本是經雙方代表律師審核後由買賣雙方簽署，並有雙方代表律師見證及簽署。
17. 經細閱有關“承諾協議”，我們可以看到，協議內容清楚明晰，與嫌犯的聲明也完全一致，其核心及關鍵內容為：“嫌犯所代表的 C 公司一方聲明該公司擁有位於澳門 XX 馬路其面積 8.98 萬平方米稱為 XX 地段土地之全部批地權益，該地屬政府要求徵用 C 公司原來所持有位於澳門 XX 地段土地後的更換土地，該土地現為工業用途，並已與澳門政府簽署了提供的批地合約及交回政府，及繳交所有應付補地價及銀行保函，並持有政府發出的土地面積地籍圖，現正等候刊登政府公報以確定有關之批地。”

18. “現正等候刊發政府公報以確定有關之批地”這一事實已明確寫入協議之中，嫌犯並無作出任何隱瞞，如果上訴人本人不懂澳門法律，不知等候刊登政府公報的意義，其完全可以詢問其代表律師，瞭解相關含義及倘有的法律風險及後果，而不是在最終有關換地及批地程序未能順利刊登政府公報，就認為對方欺騙自己。
19. 事實上，嫌犯 B 在雙方簽訂的承諾買賣協議的內容已簡單說明了 XX 地段的土地現況，當中，未看到有不實之處。至於上訴人 A 指責嫌犯 B 隱瞞政府有意以 XX 地段的土地代替 XX 土地作為置換土地並更改土地的用途，如上所述，嫌犯 B 從來沒有接納政府的建議，而且自 2012 年 1 月 12 日的會議後，政府亦沒有進一步要求或其他進展，換句話說，XX 地段土地的狀況並沒有任何實質上的改變，嫌犯 B 沒有向上訴人 A 交代此事並無不妥之處。
20. 此外，參照《刑法典》第 211 條之規定：“意圖為自己或第三人不正當得利，以詭計使人在某些事實方面產生錯誤或受欺騙，而令該人作出造成其本人或另一人之財產有所損失之行為者，處最高三年徒刑或罰金。”我們知道，詐騙罪的構成要件之一，是行為人之行為造成了他人財產有所損失。
21. 本案中，我們清楚地看到，倘上訴人 A 履行“承諾協議”，其並不會為此而造成實際的財產損失，這是因為上訴人並非購買了一個虛假的或不存在之物，而是在依照“承諾協議”簽署了轉股合同及支付了港幣 372,000,000 元之後已購得 51% 的 C 公司之股權，且行政當局最終並沒有作出廢止批給 XX 土地的決定。

22. 退一步說，即使政府不批給 XX 地段之土地，但換地程序尚未完成，C 公司有權針對不批給的決定提出行政申訴及行政訴訟，亦有權置換其它地段之土地。也就是說，上訴人並無遭受實際損失。
23. 同時，經庭審聽證及審查卷宗內的證據資料，並無證據證實嫌犯 B 曾使用了任何詭計，或隱瞞事實以致上訴人 A 產生錯誤而引致其蒙受財產上的損失。因此，嫌犯之行為並不符合詐騙罪之構成要件，亦即嫌犯之行為不足以構成澳門《刑法典》第 211 條第 1 款結合第 4 款 a) 項所規定及處罰之詐騙罪。
24. 我們知道，所謂“審查證據方面明顯有錯誤”是指法院在認定事實時明顯有違經驗法則和常理或明顯違反法定證據法則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。
25. 經審閱原審判決，並結合聽證調查及審查之證據，檢察院並不認為原審法院合議庭在審查證據及認定事實時，存在任何明顯的有違經驗法則及常理性的錯誤。
26. 因此，檢察院認為，上訴人所提出的上訴理由明顯欠缺理據，被上訴之判決不存在澳門《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項所規定之“審查證據方面明顯有錯誤”之瑕疵，應駁回上訴。”

*

被上訴人/嫌犯 B 作出答覆，認為應裁定上訴人之上訴理由均不成立，維持原審法院的判決（詳見卷宗第 2580 頁至第 2607 頁）。

被上訴人提出以下理據（結論部分）：

“一、行為當時的主觀及客觀要件

1. 為著判斷是否構成犯罪，應以行為當時行為人是否明知事實符合一罪狀，且行為符合相關罪狀而定(《澳門刑事訴訟法典》第 13 條第 1 款)；申言之，我們僅限於審視行為當時的主觀及客觀要素是否成立，而不包括一些事後出現的情況。

2. 本案涉及上訴人(協議中的乙方)與被上訴人(協議中的甲方)之間於 2013 年 1 月 19 日簽立的《承諾協議》，當中約定“乙方承諾按現狀購買該無負債 XX 地段的 100%批地權益...以買入甲方擁有該 C 有限公司之百份之一百(100%)之股權來完成交易”。在簽立《承諾協議》當時適用的是第 6/80/M 號法律核准的《土地法》(簡稱“舊《土地法》”)。故據此等涉案行為、事發時間截點及適用法律判斷是否存在犯罪。

二、風險合同/射倖合同(Contrato Aleatório)·將來物(Coisas futuras)

3. 上訴人認為涉案合同不應被理解為一種風險買賣/射倖合同(Contrato Aleatório)涉案土地是不是將來物等的說法顯然與事實不符!

C. 將來物(Coisas futuras)

- C 公司就涉案土地的批地權益

4. 作為涉案土地批給的唯一權限者，行政長官確實就涉案換批 XX 作出了批給批示(卷宗第 351 頁)，並訂定臨時批給的期間;相關土地利用條件及條款載於其核准的土地批給合同中，並為 C 公司所書面接納並隨即支付了溢價金(舊《土地法》第 124 條第 1 款²及第 125 條第 1 款

² Após a demarcação do terreno e a realização do concurso público, quando este não tenha sido dispensado, o processo será presente à apreciação do Governador que decidirá a concessão e as

3)。

5. 在批給獲接受後，只差一步 - 將上述由行政長官已作出的批給及相關批給條款的決定以運輸工務司司長批示的方式在《公報》公佈。

(舊《土地法》第 125 條第 2 款⁴)

6. 批給以上述《公報》中的批示作為憑證，簡言之，批給在相關批示刊登《政府公報》後產生效力。(舊《土地法》第 127 條⁵)

7. 由上訴人的代理律師所草擬，並由上訴人與被上訴人簽訂的《承諾協議》，均反映了上述實況：

協議內序言第 2 項，明確指出了「該土地現為工業用途，並已與澳

cláusulas a que esta fica sujeita, fixando ainda o prazo durante o qual a concessão se considera dada a título provisório.

³ A decisão referida no n.º 1 do artigo anterior é notificada ao licitante que houver oferecido o maior lance ou ao requerente, conforme os casos, para, no prazo de vinte dias contados da data da notificação, declarar se aceita a concessão.

⁴ Uma vez aceite a concessão, o despacho é publicado no Boletim Oficial, com expressa referência à aceitação e à dos eventuais actos de disposição que a acompanhem e contendo os elementos previstos para o registo, sem prejuízo do seu suprimento por declaração complementar.

⁵ Os contratos de concessão e os eventuais actos de disposição com a mesma relacionada são titulados pelo despacho referido no n.º 2 do artigo 125.º

門政府簽署了提供的批地合約及交回政府，及繳交所應付補地價及銀行保函，並持有政府發出的土地面積地籍圖，現正等候刊登政府公報以確定有關之批地。」(舊《土地法》第 125 條)

協議第一條約定“乙方承諾按現狀購買該無負債 XX 地段的 100% 批地權益，甲方承諾出售，因此，甲，雙方同意以買入甲方擁有該 C 有限公司之百份之一百分(100%)之股權來完成交易”

協議第十一條約定，在上訴人取得 100% 股權後，他可要求被上訴人配合，以便上訴人辦理餘下的批地程序及申請將土地轉為商住用途。

8. 上述約定無任何難以理解之處，且當中已經非常清晰：

被上訴人從未主張 C 公司乃涉案土地的業權人，相反，他如實交代了其時所掌握的土地換批實況，尤其公司的換批權利當時所處情況 - 僅簽署了批給合同及繳納了溢價金，相關批示尚未刊登《政府公報》；換言之，批給未產生效力(舊《土地法》第 127 條)；上訴人擬透過取得持有 C 公司 100% 股權取得待批給人的地位，非土地業權。

上訴人取得 C 公司 100% 股權後，被上訴人僅作為協調角色，配合上訴人辦理餘下的批地程序等；換言之，上訴人有義務自行推動土地批給的完成。

9. 就土地換批狀況，合同明確地約定“按現狀”進行交易、“有待刊登政府公報以確定有關之批地”、上訴人“辦理餘下的批地程序”，即土地換批處於待審批的狀態下進行交易，這種交易對雙方都是有風險的；倘換批不能如期望般進行，上訴人取得的與所期望的會有出入；倘換批成功，被上訴人即以遠低於市場價值出售了一項重大資產。由此可見，

雙方對該等風險都是有意識的。

- XX 土地作為相對將來物(coisas relativamente futuras)

10. “São coisas relativamente futuras as que, embora já tenham existência, não estão em poder do disponente, ou a que este não tem direito, ao tempo da declaração negocial”(《澳門民法典》第 202 條第 3 款)

11. 儘管換批 XX 土地予 C 公司的相關批示尚未刊登《政府公報》，批給未產生效力，但從卷宗文件足證：

獲換批的權利源於該公司將一幅已獲批給並興建中的 XX 的土地交予特區政府讓其另建危險廢棄物處理站以應付當時社會的迫切需要，又政府已明確該公司因興建已產生的成本將不會獲得金錢補償(卷宗第 346 頁)⁶；

2006 年 1 月，城市規劃廳向土地管理廳就 XX 土地換批發出的《內部通訊》指出了 XX 的都市化規劃方案及因此增大該地段面積。換言之，至少可以肯定，在批給合同簽立前的 9 個月前，政府已經知道 XX 土地終會是商住(卷宗第 344 頁)。

⁶ 引用土地委員會就 XX 地段土地作為換批的相關意見書中的第 4 點的說明：因興建危險廢棄物處理站須 C 公司將已批給並興建中的 XX 的土地交還政府。為此，C 公司曾獲批給一幅位於 XX，面積為 8260 平方米的土地，用作興建三幢住宅用途樓宇作為交還土地的回報。儘管“回報”這個用辭不夠精準，但可以理解，C 公司在被換走的 XX 地段上因興建已產生的成本將不會獲得金錢補償，且須要等待政府數年後完成填海才可以發展地段，政府以面積大點及商住用途的土地作為補償，以換取儘快興建危險廢棄物處理站應付社會迫切需要。

簽立涉案《承諾協議》時，行政長官批准了以 XX 土地換批予 C 公司;

批給合同已被簽署及接受，並繳納了溢價金;

行政長官至今從未取消或廢止換批 XX 土地的決定(卷宗第 1102 頁);

《承諾協議》簽立前後的多年來，工務局一直函覆換批程序尚在進行中或尚未完成(卷宗第 71 至 74 頁);

政府施政報告及工務局的官方網站上也承認有關地債。

12.可見，獲換批 XX 土地的期望是建基於此前一幅土地被收回以及仍存在的行政長官的換批 XX 土地的決定。

13.因此，涉案合同標的符合了相對將來物的要件 - 作出法律行為之意思表示時已存在之物，但未受有關處分人所管領或處分人對其不擁有權利者。

D. 風險合同/射倖合同(Contrato Aleatório)

合同的定義及性質

14.風險合同/射倖合同是指當事人一方是否履行義務有賴於偶然事件的出現的一種合同，這種合同的標的在於訂約時帶有不確定性。

15.“Quando se vendam bens de existência ou titularidade incerta e no contrato se faça menção dessa incerteza, é devido o preço, ainda que os bens não existam ou não pertençam ao vendedor, excepto se as partes recusarem ao contrato natureza aleatória.” 《澳門民法典》第 871 條)

16.“A regra formulada faz excepção o n.º 2 deste artigo 880., admitindo que as partes atribuam ao contrato carácter aleatório (*emptio spei*). Neste caso, por

vontade dos contraentes, não há direito à restituição do houver sido prestado pelo comprador; e, se este não pagou o preço, é obrigado a fazê-lo, não obstante a impossibilidade do cumprimento por parte do vendedor e a não verificação da transferência da propriedade ou do direito.

Neste caso, o objecto da compra consiste, numa primeira fase da relação contratual, na «*chance*» ou «*spes*» que o comprador adquire; e, numa segunda fase, pode consistir na coisa futura entretanto surgida (cfr. Larenz, *Lehrbuch des Schuld*, 11.^a ed., II, 1977, § 39, 1, pág. 8). Trata-se, porém, de casos que têm hoje uma aplicação prática bastante limitada " 7

17. 涉案合同標的之不確定性(土地換批效力尚未產生)(舊《土地法》第 127 條)的理解貫穿於上訴人的代理律師所草擬的《承諾協議》中, 尤其序言第 2 項、協議第一條及第十一條:“按現狀”進行交易、“[... 現正等候刊登政府公報以確定有關之批地], 及上訴人“辦理餘下的批地程序”。

18. 上訴人在其代理律師協助下全面知悉、具備條件知悉且接受合同標的之不確定性, 並納入涉案合同中。土地卷宗非保密卷宗, 土地批給相關的批示刊憲與否亦屬公開的資訊。自 2013 年 1 月 19 日《承諾協議》簽立至同年 5 月簽署第一份轉股合同的三個多月期間, 輔助人及其代理律師絕對有充分時間為這宗重大交易在任何時候申請全面查閱土地批給卷宗, 並作儘職調查。

- 標的之可能性

⁷ P. Lima e A. Varela, *Código Civil Anotado - Volume II*, 175

19.根據當時適用的法律及前面詳述的實況結合卷宗書證，在涉案《承諾協議》簽立時以至協議所訂的轉股合同履行期間，相關土地換批具合同及法律依據，換言之，涉案合同的標的並非不可能(impossibilidade do object)也非自始不能(impossibilidade originária)。有關涉案土地換批的背景、事實及法律依據已在前述部分說明，足以支撐涉案標的之可行性，在此不再累贅重複；

20.但有必要進一步指出換批的法律依據之一：Podem ser concedidos, mediante troca, terrenos de valor superior aos recebidos pela entidade concedente, pagando o concessionário, a título de preço ou renda, a importância correspondente à diferença.(舊《土地法》第80條)。

21.對於合同方的過錯及故意導致標的倘出現的續後不存在或不可能，適用一般違約責任制度，而不是刑事責任；但上訴人才是唯一過錯方，因為他不僅沒有如約適時支付價金，也沒有依約推動涉案土地換批(協議第十一條)，那怕上訴人已持有過半數的股權也不曾作出相關程序的推動。

22.既涉案合同作為相對將來物標的屬可能，又符合風險合同/射倖合同之法定要件，則對之作風險合同/射倖合同的理解合法合理。

三、審查證據方面明顯有錯誤?!

- 證言轉錄的責任

23. 上訴人就事實方面之裁判提出上述爭執，企圖聲稱證人(參與2012年1月12日跟被上訴人會面的工務局的領導)曾於庭上指政府特區

政府絕對不會以 XX 土地換批予 C 公司；然而，這跟原審法院在審閱所有書證並聽取各證人後對事實作出的判定完全相反，但上訴人卻完全未有將相關庭審視聽資料轉錄以作為其主張審理證據方面出錯之依據；因此，該部分的上訴應予以駁回。（《澳門刑事訴訟法典》第 4 條及《澳門民事訴訟法典》第 599 條第 1 款 b)項及第 2 款）。

- 自由心證

24.原審法院是依照所有證據包括證人的證言自由作出審理，並且得出自己的心證。顯然，上訴人所挑戰的是原審法院的心證。既然不存在原審法庭在所認定事實跟審判結果之間出現任何違反經驗法則且明顯不合理或錯誤的情況，上訴人所指的沾有“審查證據方面明顯有錯誤”的理由是不能成立的；因此，該部分的上訴應予以駁回。

- 行政長官作為權限者對換批的立場，

25.上訴人強調政府絕對不會以 XX 土地換批予 C 公司的說法明顯與卷宗書證不符。

26. A Administração Pública é responsável pelas informações prestadas por escrito aos particulares, ainda que não obrigatórias 《澳門行政程序法典》第 9 條第 2 款)

27.涉案土地批給、批給條件及用途的修訂均屬於行政長官的專屬權限。在欠缺行政長官書面決定或指示的情況下，土地不會被批給的這種說法完全欠缺事實、法律上及權限上的依據！相反，卷宗第 1102 頁書證證實了，行政長官並未取消或廢止已作出的批給決定，且在《承諾協議》簽立前後的多年來，工務局一直覆函換批程序尚在進行中或尚未完成

(卷宗第 71 至 74 頁)。工務局在其官方網站上也承認有關換地屬待償還的土地個案(納入地債清單)。

28.從被上訴人附入本案的澳門土地工務運輸局的相關年度的整冊卷宗亦足證上述屬實，正如原審法院在判決中就事實之判斷所指：「行政當局已作出批給決定...政府在會議後沒有向 C 公司發出關於 XX 地段的任何文件，政府亦沒有就以 XX 地段換地的事宜作下一步跟進，行政當局亦沒有作出廢止批給 XX 土地的決定...會議後所有參與會議者均不能肯定 XX 地段之土地不會批給予 C 公司」；

29.此外，值得注意的是，2012 年的會議後，工務局內部的會議備忘錄沒有被上訴人的簽署及確認；儘管如此，備忘錄中也完全沒有提及上訴人所說的“政府不會就該 XX 土地換批予 C 公司”如此重要的上訴人所謂的「政府立場」。

30.假如當時與會的證人都無法斷言行政長官是否已決定或是否不會換批 XX 土地予 C 公司，更惶論一直獲當局通知批給未被取消/廢止且換批程序正進行中的被上訴人。

31.其他事實裁判方面的爭執

32.至於其他上訴人指出的有關證據審查的瑕疵，要麼未有遵守法律規定的爭執機制，要麼屬法庭不可考慮的證據，尤其但不限於利用行為「之後」出現的其他不可預見情況去強行追溯理解行為人「之前」的主觀，等同於以將來的事件去反推數年前行為的主觀要素，這是法律上不容許的；因此，也不須要大費周章作出回應，但懇請 法官閣下同樣駁回之。

四、 欠缺詐騙的要件－詭計

- 上訴人提出檢舉的時刻

33.就上訴人不履行《承諾協議》，先是被上訴人於 2014 年中在中國內地法院針對其提起民事訴訟。上訴先後人在 2014 年 11 月至 2015 年 10 月 14 日期間應訴、透過代理律師出席於內地法院的交換證據程序，質證及庭審。上訴人在完成庭審並處於待決時，方於 2015 年 12 月 18 日方到澳門作出本詐騙案的刑事檢舉。

- 上訴人對詭計的理解

34.且讓我們引用上訴人在庭上的陳述說明他對被上訴人所謂使用「詭計」的理解何在(見附件庭審錄音轉錄摘錄，摘自卷宗內庭審視聽錄音，檔名及時段分別為：檔名路徑“CR1-19-0331-PCC\CH\2021-9-14\3HA}-(6W03520121_join-Part”，時段 02:56:40 至 02:59:50)：

法官:如果土地一批比你地，你米一樣系取得個土地，甘你有咩損失咧，我就諗極都諗吾到，你究竟損失佐 d 包乜野?同埋點解你吾繼續支付個價金

A:因為當時我地簽佐一份協議，我都剛才講啦，就係仲要等政府登公告嘛，所以我地先比 30% 嘅錢

法官:啫系話你都認為既然都要等喇，就等住，你又吾比埋個尾數先，系咪甘嘅意思?

A:吾系甘樣，佢話宜家政府已經進行辦緊出公告嘅手續嘛，咁七月底我哋大家律師上去工務局查完之後呢，就發覺中止，暫停佐，甘我地

就吾同意再，因為個政府仲行緊個手續，甘宜家暫停佐，我地就吾能夠比錢住，呢個同 B 傾得好好嫁嘛，就將個時間大家往後延，甘佢呢要去尊重同埋跟進政府出公告手續嫁嘛。

法官:所以你就吾比住?

A:對方都同意往後延

法官:甘所以我就系問，甘宜家系度等啦，其實宜家都系等嘅過程，你無咩損失嚟，因為都系等，大家都吾想等咖啦，大家想等政府比個地出來

法官:啫系你覺得要等，就系人地呃你?

A:哩個我仲未覺得人地呃我

法官:你今時今日上到黎，就系話人地呃你嘛，甘宜家系等緊嘛?

A:到大家都過完年的時候，14年9月份突然告我地

法官:你覺得佢告你吾比錢就系呃你?

A:當時一告我地，大家傾得好地地

法官:甘如果佢吾告你就吾系呃你啦，如果佢告你就系呃你，你覺得系甘?佢唔催收你 d 錢佢就唔系呃你，佢催收你 d 錢佢就系呃你?

A:因為雙方大家都傾得好地地

法官:你答我先啦，系咪甘嘅原因，佢唔催收你戈筆尾數，你就唔覺得佢呃你?

A:系呀

法官:但系佢催收你筆尾數，你就覺得佢呃你?

A:系呀

35.可見，上訴人之所以感到被詐騙，是因為被上訴人就上訴人違約而在內地民事起訴他。

36.換言之，不論在簽署涉案合同及其後上訴人於 2013 年 6 月 30 日及隨後到土地工務運輸局多次查閱土地卷宗後，即使已充分及一再全面掌握涉案土地換批情況，包括換批程序曾內部中止及政府曾建議以 XX 代替 XX 置換土地，對上訴人來說均沒有使之感到被詐騙。相反，上訴人更顯示其有意繼續履行預約合同，在無對交易條件及條款作任何修訂下，先後兩度以私人理由變更第二份之轉股合同的簽署日期，甚至於 2013 年 11 月 8 日透過代理律師表示輔助人正將付款用的票據送往澳門，預計下午六時送達(卷宗第 300 頁)。

37.綜上所述，既不存在任何詭計、虛假訊息，或使上訴人陷於錯誤或受欺騙的情況，則基此不構成詐騙，故原審法院對被上訴人作出開釋的決定不存在任何審查證據上的瑕疵。

五、民事賠償賠償責任

38.關於民事損害賠償，被上訴人完全認同原審法院的裁決：「鑑於未能證實被告 B 曾對原告 A 實施任何犯罪行為，即其沒有在故意或過失的情況下不法侵犯原告的權利，因此，被告無須對原告負上任何賠償責任。」

39.再次重申，基於上訴人違約，上訴人才是唯一過錯方!上訴人喪失部分定金是由於違約，而非受欺詐所致。無論如何，C 公司將獲換批「一幅土地」的權利及期望是被受特區政府所確定的，且被當局納入地債清單內。

40.據此，應裁定上訴理由及請求不成立。

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱並提交了法律意見，認為應裁定上訴人提出的上訴理由皆不成立（詳見卷宗第 2618 頁至第 2620 頁）。

*

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後認定以下事實：

經查明之事實：

1°

2006 年 10 月 11 日，土地工務運輸局發出編號 199/DATSEA/2006 號公函予 C, Lda（下稱 C 公司），並通知該公司就申請放棄一幅由第 6/2001 號運輸工務司司長批示規範，位於 XX，鄰近 XX 馬路，面積 5,400 平方米，稱為 XX 地段的土地。以租賃制度批出一幅面積 9,036 平方米，位於 XX，鄰近 XX 馬路，稱為 XX 地段的土地，以興建一幢一層高的工業大廈一事附上合同條件擬本，並通知 C 公司須於收到該公函當日起計二十天內將事先接受之書面聲明送交土地工務運輸局，以便行政長官按照當時生效的《土地法》第 125 條及第 127 條之規定，命令將賦予該合同效力之批示刊登於《澳門特別行政區公報》內。

2°

同時，上述公函通知該公司批給合同應繳之印花稅須在賦予該合同效力的批示於《澳門特別行政區公報》刊登後，立即向澳門財稅廳透過出示該批示之影印本而申請進行結算。

3°

當時，嫌犯為 C 公司的行政管理機關成員之一（見卷宗第 35 至 44 頁）。

4°

2006 年 10 月 27 日，嫌犯向土地工務運輸局遞交其代表 C 公司聲明接受合同條件之聲明書、已繳納溢價金之第 80/2006 號憑單副本及保證金證明書（見卷宗第 387、第 389 至 391 頁）。

5°

但其後行政長官或運輸工務司司長均沒有根據《土地法》第 125 條之規定，在 C 公司聲明接受有關合同擬本及支付溢價金後作出賦予該合同效力的批示，更沒有刊登於《澳門特別行政區公報》內。

6°

換言之，有關合同尚未產生效力。

7°

土地工務運輸局發出編號 199/DATSEA/2006 號公函上已清晰指出必須由行政長官作出批示並刊登於《澳門特別行政區公報》上才賦予該合同效力，嫌犯作為 C 公司的行政管理機關成員，其代表 C 公司回覆上指公函，因此嫌犯清楚知悉有關合同尚未產生效力，C 公司亦未取得 XX

地段土地的批地權益。

8°

其後，土地工務運輸局土地委員會於 2008 年 4 月 15 日發出編號 136/DSODEP/2018 內部通訊指出，土地委員會已中止跟進第 57/2006 號案卷——XX 馬路 XX 地段，理由是據悉 DPUDEP 正草擬 XX 的城市規劃。

9°

於 2012 年 1 月 12 日，嫌犯與土地工務運輸局局長 D、副局長 E、土地管理廳代廳長 H 在土地工務運輸局就置換土地一事進行會議，在會議中嫌犯已清楚知悉政府計劃將 XX 地段之土地從原來的工業用地改為住宅用地，在會議中政府亦曾提議以其他地段的土地代替 XX 土地批給 C 公司。

10°

由於 C 公司原來獲批給的位於澳門 XX 地段的用地為一幅工業用地，是為著興建一幢三層高，作直接經營生產銅和鋁電匯排的工廠，因此，獲置換的土地必須亦為工業用地，以達到其興建廠房的目的。

11°

因此，土地工務運輸局建議以面積 3,500 平方米的 XX 地段作為置換的土地，並再三強調須維持工業的用途。

12°

2013 年 1 月上旬，被害人 A 透過朋友 G 得知，在澳門有一幅稱為 XX 地段的土地。

13°

由於被害人對該 XX 地段土地感興趣，於是 G 向被害人引介地產中介人 F。

14°

在 2013 年 1 月 19 日下午，被害人準備好合共港幣伍仟萬元（HKD50,000,000.00）的誠意金與嫌犯在澳門 XX 見面。

15°

當時，嫌犯向被害人表示 C 公司擁有 XX 地段土地之全部批地權益，且已經與澳門特別行政區政府簽署了批地合約及交回政府，也繳交所有應付補地價和銀行保函，持有政府發出的土地面積地籍圖，現正等候刊登《澳門特別行政區公報》。

16°

嫌犯向被害人提供 2006 年當年政府擬批給 XX 地段之土地的文件，包括一份不定期收入 M/B 格式影印本、一份圖紙影印本、一份 C 公司向土地工務運輸局提交之申請書影印本、C 公司之聲明書影印本及一份 XX 銀行發出之銀行擔保影印本（見卷宗第 386 至 391 頁）。

17°

為著令被害人更放心，嫌犯答應被害人在獲得 C 公司佔百分之五十一之股時，將解任公司所有行政管理機關成員，並委任被害人或被害人指定的人士作為行政管理機關成員以作出所有管理公司行為。

18°

被害人相信嫌犯的說話，因此被害人與嫌犯在 2013 年 1 月 20 日凌晨簽訂承諾協議，以約定轉讓 C 公司百份之一百之股權來完成交易（見

卷宗第 17 至 19 頁)。

19°

雙方在承諾協議中約定以分期轉股的形式來完成交易，並暫定於 2013 年 5 月 3 日將 C 公司百分之五十一的股轉讓予被害人，以及委任被害人為行政管理機關成員以取得所有管理該公司行為的權力。

20°

就在約定簽署轉股合同的前幾天，即 2013 年 4 月 25 日，嫌犯修改公司章程，並將行政管理機關成員權限削減為除具權限日常財務管理之事宜外，不具任何其他權力。

21°

於 2013 年 5 月 6 日，被害人基於可透過取得 C 公司股的方式取得 XX 的批地權益，被害人與嫌犯簽訂轉股合同（見卷宗第 63 至 66 頁），並向嫌犯持有的 I LIMITED 支付合共港幣叁億柒仟貳佰萬圓正（HKD372,000,000.00）價金（見卷宗第 21 至 22 頁）。

22°

2013 年 7 月 30 日，被害人律師第一次到土地工務運輸局查閱相關第 57/2006 號卷宗後發現 C 公司自始至終均未有取得 XX 地段土地的批給權益且有關 XX 地段土地的批給已被中止。

*

同時，亦證明下列事實：

根據刑事紀錄證明，嫌犯無刑事紀錄。

嫌犯的個人及家庭狀況如下：

嫌犯為商人，月入平均澳門幣 220,000 元。

需供養母親、妻子及二名未成年子女。

學歷為大學畢業。

*

未獲證明之事實：載於起訴書、民事損害賠償請求及答辯狀內與已證事實不符的其他事實，尤其：

在會議中政府亦曾表明不會將 XX 土地批給 C 公司。

嫌犯清楚知悉 XX 地段之土地已被政府計劃更改為住宅用途，即使嫌犯不同意以 XX 地段作為置換土地，亦僅能以另外一幅工業用地作為置換土地，而 XX 地段之土地無論如何都不會繼續批給予 C 公司。

嫌犯得知上述消息後，已可預見政府不會將 XX 土地批給予 C 公司，加上 C 公司已私下將 XX 土地以住宅用途抵押予第三者，嫌犯恐怕其須負上 C 公司最終未能獲得 XX 地段土地的責任，於是並沒有將上述消息公開，而是透過其秘書 J 委託地產中介人 F 放售 C 公司從未擁有的 XX 地段的所謂土地權益。

XX 地段的土地以港幣壹拾貳億肆仟萬元正的價格（HKD 1,240,000,000.00）放售。

F 提供一份關於 XX 地段土地的手寫文件（見卷宗第 14 頁）及位置圖（見卷宗第 15 頁及第 16 頁）予被害人參考，並通知被害人若要進一步獲得 XX 地段之土地之資料，必須先準備港幣伍仟萬元（HKD50,000,000.00）的銀行本票以表誠意。

嫌犯刻意隱瞞行政長官從未作出賦予合同效力的批示，並聲稱 C

公司已擁有 XX 地段土地之全部批地權益。

而且，嫌犯更刻意隱瞞政府已計劃將 XX 地段之土地改為住宅用途，僅聲稱 XX 地段之土地為工業用途（見卷宗第 17 頁）。

嫌犯亦刻意隱瞞被害人關於政府曾在會議上表明不會以 XX 土地批給 C 公司，以及政府曾建議以另一幅稱為 D1 地段的土地作為置換土地之事宜。

嫌犯欺騙被害人 C 公司已擁有 XX 土地的批地，亦在可預見政府將不會繼續以 XX 土地批給予 C 公司時使用詭計訛騙被害人，使被害人錯誤認為 C 公司已獲得或將獲得 XX 土地批給。

但在被害人支付合共港幣叁億柒仟貳佰萬圓正（HKD372,000,000.00）價金以取得 C 公司百分之五十一股之前，嫌犯並不允許被害人或被害人指定的人士到土地工務運輸局查閱相關卷宗。

嫌犯暗中修改公司章程。

嫌犯為免影響數天後簽署的轉股合同，故意不立刻將修改章程一事進行登記，而是在簽署轉股當日並收妥被害人價金後才將修改章程一事提交到商業及動產登記局。

直至簽署轉股合同當天，被害人對章程已被修改一事仍然毫不知情。

被害人以為可取得所有管理 C 公司行為的權力。

被害人大驚，並多次要求嫌犯就有關事宜作出解釋，但均沒有獲得正面回應。

嫌犯意圖為自己取得不正當利益，明知 C 公司並不實質擁有 XX 地段的批地權益，且在可預見政府不會繼續將 XX 地段的土地批給予 C 公司的情况下，故意向被害人隱瞞關於政府已計劃將 XX 地段之土地從原來的工業用地改為住宅用地、政府曾表明不會以 XX 土地批給 C 公司、以及政府曾建議以另一幅稱為 D1 地段的土地作為置換土地的重要事實，從而使被害人在 C 公司對於 XX 土地的批給狀況造成錯誤認知，令被害人錯誤相信 C 公司擁有或將擁有 XX 地段之土地之批地權益而作出案中的交易。

嫌犯亦使用詭計，使被害人以為自己可獲得所有管理 C 公司行為的權力。

並導致被害人損失合共港幣叁億柒仟貳佰萬圓正 (HKD372,000,000.00)。

嫌犯是在自由、自願及故意的情況下作出上述行為的。

嫌犯明知其行為是法律所禁止和處罰的。

三、法律方面

除了須依職權審理的事宜，上訴法院只解決上訴人具體提出且在其上訴理由闡述的結論中界定的問題，結論中未包含的問題已轉為確定。

8

*

⁸ 參見中級法院第 18/2001 號上訴案 2001 年 5 月 3 日合議庭裁判、中級法院第 103/2003 號上訴案 2003 年 6 月 5 日合議庭裁判。

本案上訴涉及以下問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤

*

(一)、審查證據方面明顯有錯誤

上訴人認為被上訴判決沒有對卷宗之證據作出適當的評價，特別是土地工務運輸局負責人的聲明、雙方簽署的協議及補充協議，沾有“審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵”的瑕疵。

*

終審法院於 2001 年 3 月 16 日在第 16/2000 號刑事上訴案的判決中指出：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

簡言之，審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實的過程中，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或明顯違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價被審查的證據之證明力，並認定獲證明或不獲證明的事實，除非法律另有規定。

誠然，訴訟當事人出於不同的立場、經驗，對於涉案事實會作出各

自不同的價值判斷。但是，上訴人不能以其個人對證據之評價強加於審判法院，更不能要求審判法院必須作出與其個人價值判斷相一致的心證。

*

被上訴判決在理由說明中指出：

事實之判斷：

嫌犯在審判聽證中就被指控的犯罪事實及其個人及家庭狀況作出了聲明，其否認控罪；尤其稱其與 A 的交易是不存在詐騙 A 的情況，政府一方同意以一幅商住地與其置換 XX 的一幅工業用地，政府先表示以 XX 的一幅商住地與其公司置換，之後政府因發展需要再表示以 XX 地段之土地代替 XX 的土地與其公司置換，在 2012 年 1 月 12 日的會議上政府代表表示如以 XX 地段之土地作置換標的，則審批的時間較長，但如以 XX 地段之土地作置換標的，其公司可較快獲批該幅土地，但由於 XX 地段之土地面積較 XX 地段之土地面積小，故其公司向政府表示等待 XX 之土地批給，直至現在政府仍沒有通知其公司肯定不會將 XX 之土地批給其公司；續稱於 2013 年 4 月因考慮到 A 無意參與其公司的日常運作及擔心 A 因持有 51% 的公司股權而私下將公司出售，故其修改公司章程以縮減 A 的權限，A 是清楚修改公司章程的情況；另外，其從未透過任何途徑對外發放出售 XX 地段之土地權益的消息，是 A 主動向其查詢出售該土地權益之事，之後雙方同意以轉讓公司股權的方式來取得將來獲批的 XX 地段之土地權益，相關轉讓股權的文件是由 A 的代表律師草擬的，A 雖僅支付港幣 3 億 7 仟 2 佰萬，但已取得其公司 51% 的股權。

輔助人(被害人)A 在審判聽證中作出了聲明，尤其稱其透過 G 及 F 認識嫌犯，F 指嫌犯放售涉案 XX 地段之土地，F 及 J(F 指是嫌犯的秘書)曾帶其視察該涉案土地，

F 指嫌犯以港幣 12 億 4 仟萬出售土地；續稱商議購買土地時嫌犯沒有提及政府曾表示會不批給 XX 地段之土地，嫌犯只說僅欠刊登憲報一步便能取得土地，即使 XX 地段之土地是工業用地其亦會購買，在簽訂承諾協議後其律師才有授權查看相關土地的檔案，於 2013 年 5 月時其支付第一期款項，於 2013 年 9 月支付第二期款項時其要求延期支付，其表示於 2013 年 7 月只知道該批地被中止，直至 2014 年其才知道 2012 年政府會議的撮要，強調就修改公司章程一事其是不知情的。

證人 E(土地工務運輸局局長)、F、K(輔助人的前女友)及 L(嫌犯的秘書)在審判聽證中就彼等所知作出了聲明。

-

根據卷宗內的書證，行政當局已作出批給決定，而 C 公司亦遞交了接受聲明書，C 公司確實擁有對 XX 地段土地之批地權益的合理預期；儘管在 2012 年政府與嫌犯進行會議時曾表示不欲以 XX 地段之土地作交換，並提出以 XX 地段之土地作為交換土地，但當時嫌犯拒絕此建議，而政府在會議後亦沒有向 C 公司發出關於 XX 地段的任何文件，政府亦沒有就以 XX 地段換地的事宜作下一步跟進，行政當局亦沒有作出廢止批給 XX 土地的決定；正如 E 局長在庭上亦表示當局曾向嫌犯表示不欲以 XX 地段之土地作交換，但會議後所有參與會議者均不能肯定 XX 地段之土地不會批給予 C 公司。

由此可見，嫌犯維持獲批上述土地權益的預期是合理及有依據的。

證人 F 及 L 均表示涉案 XX 土地沒有被 C 公司公開放售，彼等的說法與嫌犯一致，而且，F 更表示是被害人一方找其協助聯絡土地持有人，其沒有向被害人提供有關出售涉案 XX 土地的資料，亦沒有向被害人說過土地出售價或要求被害人準備誠意金，因此，本院不能認定起訴書第 13 點、第 14 點及

第 16 點的相關事實。

對於修改公司章程一事，本院認為嫌犯的解釋亦合乎常理，理由是嫌犯欲保證 C 公司的正常運作，而被害人購買該公司股權的目的只是為取得涉案 XX 土地，其無意營運該公司，嫌犯削弱被害人作為行政管理機關成員的權力亦不會導致被害人損失了其已支付的港幣 372,000,000 元，而且，嫌犯於 2013 年 7 月亦有向被害人發出授權書以查閱土地批給卷宗，其後被害人的代表律師確曾前往土地工務運輸局查閱相關卷宗資料。

此外，即使被害人律師為被害人查閱相關土地批給卷宗後得悉當局與嫌犯於 2012 年 1 月 12 日的會議內容，被害人仍願意繼續支付因轉股合同而生的價金(見第 67 及 68 頁)；可見從被害人的角度來看，被害人亦相信該次行政當局與嫌犯的會議並不表示行政當局不會將 XX 土地批給 C 公司。

綜上，本院認為現有證據不足以認定嫌犯存有詐騙被害人的意圖並實際地以詭計手段詐騙了被害人的金錢。

-

在客觀綜合分析了嫌犯及輔助人所作的聲明以及各證人的證言，並結合在審判聽證中審查的書證後，根據一般人的經驗作判斷，本合議庭認定了上述事實。

*

上訴人主要質疑原審法院對證人聲明以及文件的證據審查出現錯誤 特別是土地工務運輸局負責人的聲明 雙方簽署的協議及補充協議，認為被上訴判決的“未證事實”因視為“已證事實”。

我們一貫認為，法院在認定事實的審查證據過程中，必須綜合、

批判地客觀分析所有證據，不能切割式孤立看待某一證據和事實。

*

上訴人認為，卷宗的證據顯示被上訴人故意隱瞞 XX 土地的現狀，故意不將政府希望一另一幅土地（XX）批給 C 公司的情況告知上訴人。

就被上訴人是否故意隱瞞 XX 土地的現狀：

卷宗資料顯示，C 公司擁有 XX 工業用地的批地權益。2006 年，政府決定以 XX 土地與 XX 土地與 C 公司置換；對於 XX 地段之土地，C 公司與政府已協商了合同條款，C 公司已遞交了接受聲明書，有關的批給已獲前運輸工務司司長及行政長官同意，並發出地籍圖，C 公司亦按照政府的要求聲明接受批給，並繳付了溢價金及保證金；行政當局已經收回 XX 土地並已利用作興建特殊和危險廢物處理站；就 XX 土地因置換批給 C 公司事宜，政府一直沒有刊登公報。有關 XX 的土地狀況，上訴人和被上訴人於 2013 年 1 月 12 日簽署的《承諾協議》中寫道：“甲方並聲明該公司擁有位於澳門 XX 馬路其面積 8.983 平方米稱為 XX 地段土地之全部批地權益，該地屬政府要求徵用 C 原來所持有位於澳門 XX 地段土地後的更換土地，該土地現為工業用途，並已與澳門政府簽署了提供的批地合約及交回政府，及繳交所有應付補地價及銀行保函，並持有政府發出的土地面積地籍圖，現正等候刊登政府公報以確定有關之批地。”

可見，C 公司“聲明該公司擁有位於澳門 XX 馬路其面積 8.983 平方米稱為 XX 地段土地之全部批地權益”所依賴的客觀事實依據是如實地寫在《承諾協議》中的。

就被上訴人是否故意不將政府希望一另一幅土地（XX）批給 C 公司

的情況告知上訴人：

根據卷宗資料，特別是土地工務運輸局第01/2012號備忘錄內容，2012年1月12日，土地工務運輸局人員與C公司代表（被上訴人）開會，當局告知被上訴人政府有意將XX地段改為用XX地段作為置換土地，但被被上訴人直接拒絕。會議後，政府有關部門沒有向C公司發出有關XX土地的任何文件，也沒有就以XX土地作置換的作下一步跟進，亦沒有廢止批給XX土地的決定。證人E局長在庭審時表示，當局曾向被上訴人表示不欲以XX作交換土地，但是會議之後所有人均不能肯定XX不會批給C公司。可見，2012年1月12日的會議就有關改用XX地段作換地也只是諮詢性質，此後，再無任何會議，行政當局也無任何決定和措施。因此，由於該此會議沒有作出任何決定或達成任何協議，對XX土地的狀況並無任何改變，被上訴人沒有將會議內容告知上訴人，並不能構成刑事詐騙罪所規定詭計。

卷宗資料顯示，2008年，因土地公務運輸局城市規劃廳（DPUDEP）正草擬XX的城市規劃，土地工務運輸局土地委員會中止跟進57/2006號案卷，即XX地段。這意味著政府有可能將XX土地改變為住宅用途，這一情況發生在政府決定以XX地段置換、C公司履行了所有置換土地之法定義務和合同義務之後。被上訴人知悉政府有可能將XX改為住宅用途，更於2012年1月12日的會議上斷然決絕將XX改為用XX土地作置換。C公司多次詢問XX換地批給之進展，而政府回覆有關程序正在進行中，尚未完成，這並不能讓人理解為XX土地置換程序已經中止或政府不會將XX地段批給C公司，正如證人E局長在庭審時表示，2012年1月12日會議之後所

有人均不能肯定XX不會批給C公司。因此，案中所得之證據並不能證明被上訴人明知行政當局不會將XX土地批給C公司，仍然故意隱瞞。

*

上訴人認為被上訴人在轉股之前變更了公司章程，沒有按照轉股合同的約定，將管理公司的全部權力交予上訴人，導致上訴人雖然獲得百分之五十一的股份及被委任為行政管理機關唯一的成員但卻不能行使有關的權限，導致其遭受已支付款項金額港幣 3.72 億元的損失。

根據雙方在2013年1月20日簽署的《承諾協議》書第八點，上訴人及被上訴人協定在簽署轉股合同當日，雙方必須在C有限公司(公司)召開特別股東會以解任所有原有之行政管理機關成員及須委任上訴人A或其指定的人來作為新的行政管理機關成員，以代表公司作出所有管理公司之行為。

然而，在簽署轉股合同前，C公司召開股東會議並修改公司章程，並修改為：“1. 公司權限範圍將被劃分成業務管理與日常財務管理、 2. 任何借貸行為及設定負擔行為必須獲得佔公司總資本額的四分之三的股東同意，方約束公司、 3. 一切涉及公司業務管理之事宜，尤其但不限於涉及公司業務管理之事宜，尤其但不限於業務合同、進出口、工業准照，以及外地勞工的任何性質的申請所需的一切文件的簽署，僅股東M Limited具完全及充分權力作出約束公司的行為、 4. 任何其他事宜，必須獲得佔公司總資本額的四分之三的股東同意，方約束公司。”

上訴人認為上述修改的章程引致其即使在取得百分之五十一的股及成為新的行政管理機關成員後，亦不能如同協議書第八點中指出的作出

所有管理公司之行為(只具權限日常財務管理之事宜),因此 導致輔助人損失了港幣 3.72 億元。

根據雙方簽定的《承諾協議》,上訴人以港幣 12.4 億的價格購買 XX 地段之土地的承批權,此交易是透過以轉讓C公司百份之一百之股權來完成,換言之,輔助人購買C公司百份之一百之股權的目的是為著取得C公司所擁有的土地的承批權。案中上訴人已支付的港幣 3.72 億元是用作支付首三期的購買有關土地的金額,而被上訴人亦有按照協議將C公司的百分之五十一的股移轉予輔助人,並委任其為公司的行政管理機關成員。

原審法院認為被上訴人在審判聽證中的解釋合理,並無錯誤。從上述《承諾協議》的條款中確實可以看到,上訴人的目的是取得XX土地,並不是C公司的發展。協議約定在簽署協議之後,C公司的產品生產、銷售及轉讓權利將由C(香港)公司擁有(協議第十二條);且上訴人同意,截至 2013 年 12 月 31 日為止,C有限公司仍然保留澳門特別行政區的工廠執照、進出口許可證及原來的勞工名額,以協助原來工廠在轉移至另一公司運作上的方便,及協助新工廠代轉薪金。(協議第十三條)

的確,被上訴人的作法在管理公司之權力方面與承諾協議中有不盡相符之處,然而,C公司仍有其他業務要發展,上訴人的管理公司權力被削弱並不影響C公司將來獲批XX地段之土地的權利,而且,上訴人作為擁有了公司百分之五十一股權的股東,亦可行使股東的權利嘗試對被上訴人的作法作出糾正。

因此,原審法院認為被上訴人的解釋合理,不能證明被上訴人故意

削弱上訴人的行政管理機關成員的權利對上訴人構成詐騙，並無審查證據方面的錯誤。

*

經細讀被上訴裁判，本院認為，原審法院在審判聽證中聽取了上訴人的聲明、被上訴人的聲明、多名證人的聲明、以及卷宗中的書證，對各種證據進行了客觀、綜合及批判地分析，根據自由心證原則對被上訴人被控告的事實做出判斷，並沒有發現違反一般經驗法則、違反常理、違反證據價值法則、違反職業準則的情況，原審法院在審查證據方面並不存在上訴人所提出的任何錯誤，更遑論明顯錯誤。

事實上，上訴人是在質疑原審法院對事實的認定，按照自己對證據的理解和判斷，表達其對原審法院所認定的事實的不同意見，以此來試圖質疑法官的自由心證。

當然，訴訟當事人出於不同的立場、經驗，對於涉案事實會作出各自不同的價值判斷。但是，上訴人不能以其個人對證據之評價強加於審判法院，更不能要求審判法院必須作出與其個人價值判斷相一致的心證。

綜上，上訴人提出的上訴理由並不成立。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人的上訴理由均不成立，維持原審判決。

*

本上訴之訴訟費用由上訴人負擔 其中, 司法費定為 8 個計算單位。
著令通知。

—*—

澳門, 2023 年 3 月 9 日

周艷平

(裁判書製作人)

譚曉華

(第一助審法官)

馮文莊

(第二助審法官)